

10 anos do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos: Referência no País

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil, foi estabelecido pela Lei nº 9.433/97 e representa um conjunto de diretrizes, metas e programas que são construídos em amplo processo de mobilização e participação social. Em 2006, após aprovação do PNRH, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) decidiu, por meio da Resolução nº 58/2006, que anualmente, a Agência Nacional de Águas (ANA) deveria elaborar um Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil.

Assim, o 1º Conjuntura, publicado no ano de 2009, continha informações referentes ao ano anterior e constituiu-se em um grande esforço da Agência para reunir e disponibilizar dados diversos em todo o País, contemplando desde temas como precipitação, disponibilidade hídrica e eventos críticos, até aspectos sobre a gestão dos recursos hídricos em âmbito nacional. Atualmente a ANA conta com uma coordenação específica para tratar da elaboração do Relatório, que apresenta versões completas a cada quatro anos e versões mais reduzidas, chamadas de “Informes”, nos três anos subsequentes. Mais compactos, os Informes têm por objetivo avaliar as modificações do ano precedente, no que diz respeito à ocorrência de eventos hidrológicos extremos, às condições de qualidade das águas superficiais e aos demais fatos relevantes em relação aos usos dos recursos hídricos, além da evolução da gestão. Ao fornecer uma visão atualizada, os Informes têm, adicionalmente, a função de subsidiar a elaboração do Relatório de Conjuntura pleno.

Após 10 anos da publicação do primeiro relatório, a ANA, em comemoração à data, elaborou encartes especiais com análise sobre o estágio de implementação de dois instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil durante a última década: a outorga de direito de uso e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Estes materiais complementam o Informe 2019 do Conjuntura.

Ano a ano o processo de construção do Relatório de Conjuntura foi sendo aprimorado e, atualmente, constitui-se em uma importante ferramenta para conhecimento e divulgação da situação dos recursos hídricos brasileiros, reconhecido em todo o País.

Desde 2013, com o início do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, os estados que participam do programa têm como meta encaminhar informações sobre recursos hídricos sob seus domínios, de forma a subsidiar a elaboração do Relatório e, dessa forma, contribuir para a difusão do conhecimento em âmbito nacional. Para tanto, é previsto o repasse de recursos. Esse incentivo financeiro permitiu aperfeiçoar a padronização e qualidade das informações enviadas pelos estados e se constitui

numa forma de reconhecimento do valor dessas informações para o processo de tomada de decisão dos entes integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como para a população em geral, que pode contar com a divulgação anual da situação das águas brasileiras e da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Todas as versões do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil estão disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre recursos Hídricos (SNIRH) e podem ser acessados na página da ANA em:

<http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>.



Relatórios de Conjuntura: os exemplos do Distrito Federal e Paraná

A promulgação da Constituição Federal de 1988 induziu formas participativas de implementar políticas públicas e, dentre essas, as relacionadas a recursos hídricos. Apesar do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul ter sido criado em 1981, foi após a promulgação da CF/88 que a maior parte das políticas de recursos hídricos foram implantadas nos estados, com o viés mais participativo, prevendo a criação de comitês de bacia e conselhos de recurso hídricos, e promovendo a transparência e a divulgação de informações para a sociedade.

São Paulo foi o primeiro estado a publicar uma Lei instituindo sua Política Estadual de Recursos Hídricos em 1991 e a publicar, desde 2002, um relatório anual contendo a situação dos recursos hídricos. Em 2008 o Ceará lançou um documento intitulado “Cenário Atual dos Recursos Hídricos do Ceará”, na mesma perspectiva de um relatório de conjuntura, oriundo de um projeto mais amplo denominado “Pacto das Águas”. A experiência do Ceará não contemplou uma publicação periódica como a de São Paulo e a da ANA. A partir das publicações dos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil pela ANA e demais, o Distrito Federal e o Paraná tomaram a iniciativa de elaborar os seus próprios relatórios de conjuntura.

A decisão de elaboração do relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos do Distrito Federal partiu da Diretoria Colegiada da Adasa, que sentiu a necessidade de disponibilizar um material acessível, didático e informativo, que despertasse o interesse da população sobre a situação das águas do DF e sobre as ações de gestão integrada de recursos hídricos. A experiência com a crise hídrica de 2016-2018 revelou o desafio do fortalecimento da integração de instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos, bem como do aprimoramento da produção e análise de dados. A Superintendência de Recursos Hídricos da Adasa elabora, desde 2017, o [Relatório Anual de Atividades](#), contendo diversos dados relativos a outorga, regulação, fiscalização e monitoramento, além das informações relativas aos três Comitês de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal. Ressalta-se ainda que, conforme estabelecido na Resolução nº 03 de 05/12/2018 do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH/DF), a Adasa é responsável pela publicação de um relatório anual com as informações relativas ao Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do DF (SIRH/DF). A publicação do Relatório Anual de Atividades atendia a essa exigência, no entanto, por seu caráter e linguagem técnica, era pouco atrativo para a população em geral. O processo atual de elaboração do Conjuntura conta com o apoio de um consultor, contratado via Unesco, e com a experiência da equipe técnica da Adasa. Espera-se, dessa forma, que esse Relatório ofereça informações relevantes e acessíveis sobre a gestão dos recursos hídricos a toda população do Distrito Federal.



Já o Paraná decidiu desenvolver o seu primeiro relatório de conjuntura a partir do apoio oferecido pela ANA no âmbito do projeto “Ferramentas de Gestão”, uma parceria da Agência com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no qual bolsistas são contratados para desenvolver projetos de pesquisa aplicada nos estados que iniciam o segundo ciclo do Progestão. No caso do Paraná, o projeto buscou sistematizar e consolidar as diversas informações em recursos hídricos geradas no estado para divulgação. Demonstrando apoiar a iniciativa, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná aprovou, em julho de 2019, a Resolução nº 01 que estabelece que a divulgação do Relatório de Conjuntura do estado deve ter periodicidade análoga ao Relatório da ANA. Todo o processo de desenvolvimento da pesquisa no Paraná contou com a supervisão técnica da Coordenação de Conjuntura e Gestão da Informação da

ANA. A versão preliminar do Relatório está em fase final de elaboração e deverá ser publicado no final de 2020.

Diretor da Área de Gestão: Ricardo Andrade

SAS: Humberto Gonçalves e Carlos Motta

COAPP: Ludmila Rodrigues, Brandina Amorim, Elmar Castro e Flávia Simões

Contato: progestao@ana.gov.br